



REDAÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA

TEXTOS MOTIVADORES

TEXTO 01

A desigualdade entre ricos e pobres no Brasil continua sendo uma das mais altas do mundo, seja qual for a base de dados usada para medir. As pesquisas podem até discrepar em relação aos recortes metodológicos, mas a conclusão é a mesma: há um abismo entre os que têm mais e os que têm menos no país. Além do tamanho dessa distância entre ricos e pobres, outro fator que caracteriza a desigualdade no Brasil é a persistência do problema ao longo dos anos. Mesmo descontando variações que possam existir entre os diferentes métodos usados para aferir se esse abismo diminuiu ou não nos diferentes governos, ele continua existindo, a despeito das políticas públicas adotadas ao longo dos 32 anos desde a redemocratização.

Dados do World Wealth & Income Database – instituto dirigido pelo economista francês Thomas Piketty – mostram que, no Brasil, mais da metade da renda nacional está concentrada nas mãos dos 10% mais ricos. Esses dados, ilustrados numa série de dez gráficos publicados pelo Nexo no dia 13 de setembro, mostram que, embora a renda dos 50% mais pobres tenha crescido um ponto percentual, passando de 11% para 12% no período entre 2001 e 2015, a renda dos 10% mais ricos também cresceu na mesma medida, no mesmo período, passando de 54% para 55%. Quem teve queda de rendimento – de 34% para 32% da renda nacional – foram os 40% situados na faixa intermediária entre esses dois extremos. A necessidade de mudanças estruturais A persistência da desigualdade no Brasil motivou a ONG britânica Oxfam a lançar um relatório nesta segunda-feira (25) intitulado “A distância que nos une.

Um retrato das desigualdades brasileiras”. No documento, a organização mostra que “uma pessoa que receba um salário mínimo mensal teria que trabalhar durante 19 anos para ganhar o salário de um mês de um brasileiro que faz parte do privilegiado grupo do 0,1% mais rico do país”, e que “apenas seis pessoas têm uma riqueza equivalente ao patrimônio dos 100 milhões de brasileiros mais pobres, metade da população”. A organização também enumera as razões que contribuem para a persistência desse quadro e as medidas que poderiam alterá-lo:

Certo e errado, segundo a Oxfam

O QUE DÁ ERRADO

- o sistema tributário regressivo, que pesa muito sobre os mais pobres e a classe média;
- as discriminações de raça e gênero que promovem violência cotidiana a mulheres e negros, negando seus direitos básicos;
- a falta de espírito democrático e republicano do nosso sistema político, que concentra poder e é altamente propenso à corrupção;

O QUE DÁ CERTO

- expansão de políticas públicas, em especial as sociais, para reduzir pobreza e aumentar renda familiar;
- investimento em educação para reduzir diferenças salariais;
- ampliação da cobertura de serviços para os mais pobres;
- política de valorização do salário mínimo;
- formalização do mercado de trabalho e queda do desemprego;

A diretora-executiva da organização no Brasil, Kátia Maia, disse ao Nexo que espera “envolver toda a sociedade brasileira no debate sobre a desigualdade, pois esse é um debate urgente, que não pode ser dividido em polarizações, em lado A contra lado B”.

Maia reconhece que “avancamos em aumentar a base da pirâmide de renda no Brasil nos últimos 15 anos, mas a concentração no topo continua”. Ela lembra ainda que “as discriminações de raça e de gênero perpassam todos os demais fatores de desigualdade” no Brasil.

Ela considera também que reformas como a da Previdência e a trabalhista estão avançando no Brasil, mas não têm sido pautadas necessariamente pelo interesse da maioria. Por isso, Maia afirma que é fundamental que a sociedade civil organizada participe mais ativamente da reforma tributária e da reforma política, por exemplo. “Temos de trazer toda a sociedade para pressionar o Executivo e o Legislativo, de maneira que saiam reformas que beneficiem a própria sociedade”, diz.



Para ela, “não existe solução mágica para o problema da desigualdade. A solução está num conjunto de ações”. A diretora-executiva da Oxfam reconhece, no entanto, que “estamos num período de perda de esperanças” no Brasil e que a proximidade do debate eleitoral de 2018 “dificulta muito qualquer discussão que vá além do curto prazo”.

Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/09/25/O-que-faz-a-desigualdade-ser-t%C3%A3o-persistente-no-Brasil>

TEXTO 02

Economistas: dados do IBGE mostram que desigualdade ainda é batalha a ser vencida

IBGE mostrou que 1% mais ricos recebe 36 vezes mais que os 50% mais pobres

RIO - Dados divulgados nesta quarta-feira pelo IBGE sugerem que a desigualdade social, intensificada pela recessão econômica, deve demorar a ser superada no país, na avaliação de especialistas. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, metade dos trabalhadores tinha renda média inferior a um salário mínimo em 2016. Além disso, a parcela dos 1º com mais rendimentos recebiam 36 vezes mais que os 50% mais pobres.

Por mudanças metodológicas na pesquisa, os números não podem ser comparados com os de anos anteriores. Portanto, o IBGE não divulgou a variação em relação a 2015. Mas, para o economista Cláudio Dedecca, especialista em trabalho e rendimento da Unicamp, há sinais de que a desigualdade aumentou no ano passado.

— Os 10% mais ricos do país concentram 43,4% dos rendimentos. Pela metodologia antiga, esse número era de cerca de 40%. Por mais que haja alteração da amostra, diria que os indicadores sugerem uma aceleração da desigualdade enorme — disse o pesquisador, que considera correta o cuidado do IBGE em não comparar diretamente dados de pesquisas diferentes.

O diagnóstico é semelhante ao apontado pelo economista Marcelo Neri, diretor da FGV Social. Reportagem do GLOBO publicada em março, com base no estudo da FGV Social, mostrou que a desigualdade, medida pelo chamado índice de Gini, subiu 1,6% em 2016, na comparação com 2015, após 22 anos em queda.

Dedecca acrescenta que a recessão pesa mais sobre os mais pobres principalmente por causa do efeito do desemprego sobre a renda. Em média, a perda do emprego tem impactos mais severos sobre famílias onde todos ganham salário mínimo:

— (A recessão) penalizou mais os mais pobres, e os dados de emprego mostram isso. Como esse grupo ganha, em geral, rendimento próximo a salário mínimo, ter uma pessoa a mais ou a menos empregada afeta significativamente o rendimento per capita. Em uma casa com três pessoas trabalhando, a renda per capita é de um salário mínimo. Se uma perde o emprego, são dois salários mínimos divididos por três, o que faz o rendimento dessa família cair para 67% do piso.

O presidente do Conselho Federal de Economia, Júlio Miragaya, também vê com preocupação os dados do IBGE, e destaca que a recessão pesou sobre a concentração de renda.

— Os dados são estonteantes. O problema é que a realidade é mais grave que isso. Quem tem rendimentos muito elevados não declara a totalidade do rendimento. Com certeza esse 1% deve ter mais da metade da renda, se for considerar esse capital — avaliou.

Para os dois especialistas, apesar da recuperação da economia, a batalha contra a desigualdade ainda deve demorar a ser vencida. Dedecca destaca que a política de salário mínimo que ajudou na retomada da renda no passado terá efeito defasado nos próximos anos, justamente por causa da recessão. O reajuste do piso leva em consideração o crescimento econômico de dois anos anteriores. Portanto, os frutos de um provável crescimento econômico em 2017 e 2018 só terão efeito a partir de 2019.

— A experiência pregressa mostra que a recuperação da renda é mais lenta que a recuperação da atividade. O ambiente para 2018 é de expectativa de crescimento ao redor de 2% e 3%, ainda a ser chancelado. Eu diria que a grande probabilidade é a tendência de desigualdade se mantenha para o ano que vem — afirma o especialista.

Já Miragaya, do Cofecon, vê problemas estruturais que impedem avanços mais robustos na diminuição da concentração de renda, embora acredite que a melhora da atividade econômica e alívio da inflação sejam fatores que ajudarão a melhorar o quadro nos próximos anos:

— O problema é um componente estrutural: uma tendência de aumento de intensificação da concentração da renda e da riqueza no muno inteiro. São mecanismos criados e aperfeiçoados que de alguma forma desobrigam os mais ricos a pagarem tributos. O Brasil é um dos poucos países que não



tributa dividendos. Essa tendência estrutural de maior concentração da renda e da riqueza deve permanecer no Brasil. E ela agrava o problema.

TEXTO 03

Declaração Universal dos Direitos Humanos

Adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (resolução 217 A III) em 10 de dezembro 1948.

Preâmbulo

Considerando que o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos iguais e inalienáveis é o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo,

Considerando que o desprezo e o desrespeito pelos direitos humanos resultaram em atos bárbaros que ultrajaram a consciência da humanidade e que o advento de um mundo em que mulheres e homens gozem de liberdade de palavra, de crença e da liberdade de viverem a salvo do temor e da necessidade foi proclamado como a mais alta aspiração do ser humano comum,

Considerando ser essencial que os direitos humanos sejam protegidos pelo império da lei, para que o ser humano não seja compelido, como último recurso, à rebelião contra a tirania e a opressão,

Considerando ser essencial promover o desenvolvimento de relações amistosas entre as nações,

Considerando que os povos das Nações Unidas reafirmaram, na Carta, sua fé nos direitos fundamentais do ser humano, na dignidade e no valor da pessoa humana e na igualdade de direitos do homem e da mulher e que decidiram promover o progresso social e melhores condições de vida em uma liberdade mais ampla,

Considerando que os Países-Membros se comprometeram a promover, em cooperação com as Nações Unidas, o respeito universal aos direitos e liberdades fundamentais do ser humano e a observância desses direitos e liberdades,

Considerando que uma compreensão comum desses direitos e liberdades é da mais alta importância para o pleno cumprimento desse compromisso,

Agora portanto a Assembleia Geral proclama a presente Declaração Universal dos Direitos Humanos como o ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações, com o objetivo de que cada indivíduo e cada órgão da sociedade tendo sempre em mente esta Declaração, esforce-se, por meio do ensino e da educação, por promover o respeito a esses direitos e liberdades, e, pela adoção de medidas progressivas de caráter nacional e internacional, por assegurar o seu reconhecimento e a sua observância universais e efetivos, tanto entre os povos dos próprios Países-Membros quanto entre os povos dos territórios sob sua jurisdição.

Artigo 1

Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.

Artigo 2

1. Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.

2. Não será também feita nenhuma distinção fundada na condição política, jurídica ou internacional do país ou território a que pertença uma pessoa, quer se trate de um território independente, sob tutela, sem governo próprio, quer sujeito a qualquer outra limitação de soberania.

Artigo 3

Todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.

Artigo 4

Ninguém será mantido em escravidão ou servidão; a escravidão e o tráfico de escravos serão proibidos em todas as suas formas.



Artigo 5

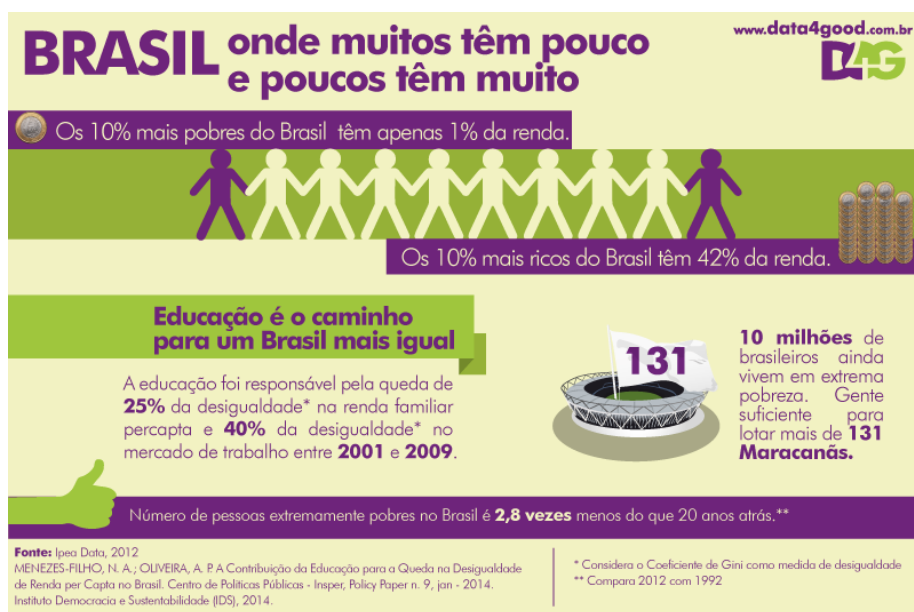
Ninguém será submetido à tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante.

Artigo 6

Todo ser humano tem o direito de ser, em todos os lugares, reconhecido como pessoa perante a lei.

Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10133.htm

TEXTO 04



Com base nos textos apresentados e nos conhecimentos adquiridos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo – argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema **CAMINHOS PARA SUPERAR A DESIGUALDADE SOCIAL NO BRASIL**.

ATENÇÃO!

Estará sujeita à nota zero o texto que:

- Apresentar menos de 7 linhas escritas;
- Não estiver no formato dissertativo-argumentativo.
- Apresentar parte da coletânea de textos, que não seja em forma de citação.